

Introdução: uma incursão temática à Belém

Edna Castro

Se o rio nada sabe de si mesmo, quem saberá do rio e de seus homens? Com essa interrogação síntese, Paes Loureiro evoca um desafio que atravessa a humanidade, o do conhecimento e de suas possibilidades, seja ele de caráter teórico, e, portanto da construção de paradigmas ou do exercício da prática, da ética e da política.

Nas últimas décadas, a Amazônia tem constituído um tema de interesse de pesquisadores que procuram entender as mudanças ocorridas na economia, na sociedade e no território. Ainda que muitos autores tenham privilegiado nas suas análises sobre a realidade socioeconômica da Amazônia, temas relacionados à dinâmica agro-extrativista, a problemática urbana tem estado bem presente, como provam os inúmeros trabalhos publicados, relatórios de pesquisa ou ainda as teses de mestrado e doutorado defendidas em programas de pós-graduação localizados na região ou fora dela. Entre os temas sobre dinâmicas urbanas, destacam-se: mudanças nos processos produtivos, relações de trabalho, redes de sociabilidade, planejamento, urbanização, movimentos sociais, marginalidade e exclusão social.

Essa constatação apóia-se em uma leitura de caráter mais geral, no âmbito da especialização tal qual orientada na filiação teórica da sociologia urbana, pois mais próxima das abordagens interdisciplinares que permitiram ressaltar as macrodinâmicas da urbanização na Amazônia. Também foi relevante nessa percepção, o exame dos inúmeros estudos de caso que permitiram um maior aprofundamento dos diversos temas relativos a pequenas, médias e grandes cidades, e de sua relação com as dinâmicas das áreas rurais.

No projeto de pesquisa que deu origem a este livro, *Mudanças no estuário amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental / Projeto Megam*, nos propusemos a ultrapassar a percepção dicotômica rural-urbana, incorporando uma metodologia que desse conta das relações entre as cidades localizadas no estuário amazônico e as áreas com atividades camponesas mais tradicionais, ligadas à exploração de recursos aquáticos e florestais. Ficou claro que romper com a dicotomia rural x urbano foi um desafio, mas também uma necessidade, pois a relação entre a cidade e as áreas rurais,

¹ Para mais detalhes ver o *Relatório Projeto MEGAM* 2004 (www.ufpa.br/projetomegam).

conforme mostraram os estudos, é mais expressiva e constante do que a literatura especializada tem informado. A constatação sobre a intensidade e a complexidade dessas mudanças (econômicas, sociais e territoriais) verificadas nas últimas décadas na Amazônia constituiu a referência preliminar na definição de recortes temáticos, enfoques e procedimentos de pesquisa. A interrogação centrou-se no lugar das cidades, nas mudanças pelas quais passam e no papel que desempenham no processo de transformação mais geral.

A cidade representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, locus de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto. A cidade na Amazônia tem sido a referência para incorporação de novas áreas ao mercado e também de desflorestamento, alteração na estrutura fundiária e no tipo de uso do solo.

Certamente poucas pesquisas detiveram-se para analisar as relações fundamentais entre a vida urbana e as mudanças ambientais na Amazônia, em particular no universo das águas, daí a originalidade do conjunto de artigos aqui reunidos. Eles tratam, sob diversos aspectos, da cidade de Belém, enquanto cidade estuarina que representa tradicional centro de poder econômico e político, e por isso, polarizando dezenas de cidades do seu entorno.

As cidades do estuário amazônico constituem pontos de um sistema de redes sociais, culturais e econômicas, fomentando trocas agrícolas, extrativistas, industriais e comerciais, parte dele existindo na informalidade. Redes que expressam as diferenciações sociais inter e intra cidades, bem como as modalidades de participação dos atores sociais e econômicos. As formas de apropriação do território e de seus recursos são elementos distintivos dessas redes.

As cidades mais antigas localizadas nas proximidades de Belém, nas regiões Guajarina, Bragantina e Salgado, demarcaram seus ciclos de crescimento na relação direta com os fluxos econômicos de produção baseada nos recursos naturais e na sua comercialização, explorados através de uma multiplicidade de grupos, de processos produtivos e de trabalho ali existentes.

Belém tem seu desenho urbano delimitado pelos cursos de água. É uma cidade fluvial banhada na sua quase totalidade pelos rios do estuário amazônico. Por outro lado, foi assentada em terras baixas - marcadas outrora pelo igarapé do Piri, margeado de imenso igapó - e atravessada por pequenos rios e igarapés, o que conforma ainda hoje as divisões internas de seus bairros de terra firme e baixadas. Uma extensa rede de rios e igarapés drena a cidade, compondo fluxos de travessia e de escoamento das águas provenientes das chuvas. Ao norte, ela está voltada para a baía do Guajará e ao sul para o rio Guamá, tendo assim uma extensa orla densamente

ocupada, onde encontramos diferentes usos: portos e trapiches, indústrias, comércios, turismo, instalações militares e administrativas. Dezenas de pequenas e médias serrarias alinham-se lado a lado na *Estrada Nova*, misturando-se à fábricas de castanha, de palmito, de tecelagem e metalúrgicas que recebem matéria-prima trazida dessa região do estuário. A pesca industrial e artesanal é de larga tradição responsável pelo abastecimento urbano ou destinada à exportação. A maioria das empresas industriais de pesca localiza-se identicamente na orla, nas áreas centrais ou particularmente no Distrito Industrial de Icoaraci. Misturam-se essas atividades nas dezenas de portos e trapiches que, além da função econômica, são elos tecidos nas relações de sociabilidade que atravessaram as gerações de famílias que circularam entre Belém e suas áreas de origem, localizadas nos municípios do interior. Ao mesmo tempo são espaços em que os autores locais recriam as relações do presente, as trocas materiais e simbólicas essenciais à reprodução da cultura regional - das festas às curas e à economia -, e que dão sentido aos saberes sobre os recursos extraídos da floresta e das águas, muitos comercializados em Belém.

Nos diversos portos localizados na orla de Belém - Ver-o-Peso, Porto da Palha, Porto do Sal, Genipapo, Vila da Barca, Mata-Fome, Icoaraci e Maguari, entre outros -, as atividades industriais e de comércio são intensas. Esses portos ainda têm, como tiveram no passado, significado na relação entre Belém e as vilas e cidades ao seu redor.

Se considerarmos todas as vilas e cidades localizadas nessa confluência do estuário amazônico, polarizadas por Belém, ou mesmo por Macapá, teremos o mais relevante aglomerado urbano da região amazônica, pela sua expressão econômica, social e demográfica. É formada por áreas continentais e áreas insulares, somando 1.280.000 habitantes. A área continental do município de Belém representa somente 6% do total, mas é onde se concentra a população (1.160.457 habitantes). A Grande Belém possui aproximadamente dois milhões de habitantes. Somando-se a essa população, os habitantes das dezenas de cidades e vilas que conformaram as antigas regiões Guajarina, Salgado e Bragantina, Marajó e Macapá, em um círculo ampliado, mas próximo à capital do Pará, certamente poderemos falar de aproximadamente três milhões de habitantes. São espaços de constituição da sociedade colonial com todas as suas contradições, diferenças sociais e étnicas, e onde se forja uma cultura que interioriza as relações com o espaço das águas e dos recursos florestais, base da constituição da economia regional.

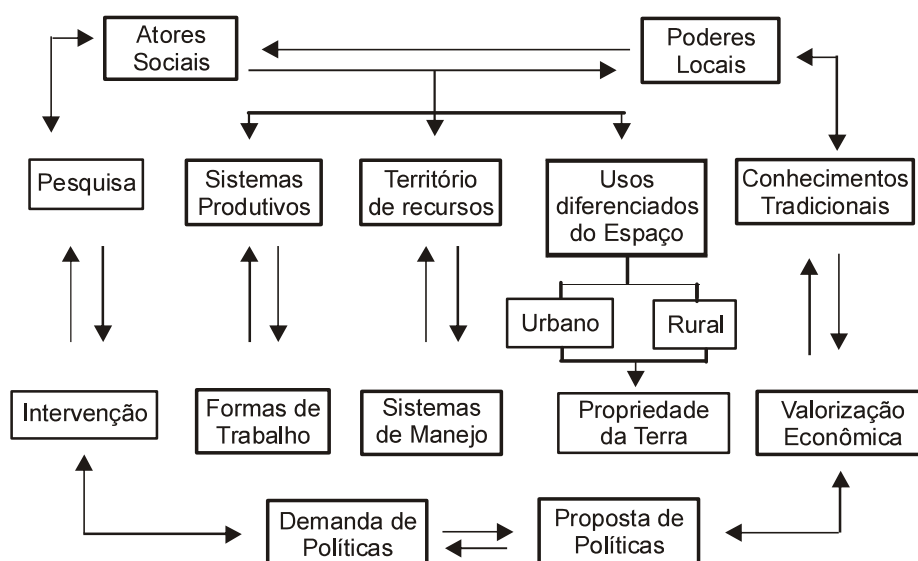
As ilhas mais próximas das cidades têm sofrido recentemente um rápido processo de desmatamento e de poluição de praias e furos em razão do aumento da população. Devido aos limites territoriais do município de

Belém em sua parte continental e ao adensamento populacional recente, observa-se que a expansão demográfica tende a orientar-se em direção às ilhas, tornando tênue a fronteira entre a Belém insular e a continental, causando impacto nas áreas que constituem a franja de cobertura florestal mais preservada no município de Belém, conforme demonstrado em Faure, Prost e Castro, nesta coletânea.

Da interdisciplinaridade como instrumento de compreensão

O projeto MEGAM considerou a interdisciplinaridade como uma ferramenta metodológica, um desafio e uma possibilidade de ruptura com abordagens tradicionais. A metodologia foi pensada a partir a definição de problemas e de questões, de atores e relações, adotando-se dois procedimentos – mapeamento de situações sócioambientais críticas e definição de um campo urbano-rural para estudos comuns -, o que ajudou a construir uma dinâmica interdisciplinar. Foram importantes nesse processo as discussões sobre temas, a formação de equipes e a explicitação de procedimentos metodológicos. Para melhor sistematização procurou-se manter, ao longo dos cinco anos de funcionamento do projeto, uma estrutura com quatro eixos temáticos – Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos e Gerenciamento Ambiental –, todos eles relacionados de forma direta ou indireta com as quatro linhas de pesquisa – Sistemas de Produção, Processos de Trabalho, Território e Políticas Públicas – que recobriam as várias dimensões da problemática de pesquisa.

O fluxograma a seguir mostra as orientações e também os compromissos desta pesquisa com a produção de conhecimento e o interesse em perceber as demandas e contribuir à formulações de políticas públicas.



O programa de pesquisa considerou como um dos principais pontos a integração entre pesquisa e formação, redirecionando os temas de pesquisa dos discentes e tornando o projeto um *locus* de orientação de teses, dissertações e monografias. Os 28 subprojetos estavam distribuídos pelos eixos temáticos e envolveram um conjunto de 65 pessoas, entre pesquisadores e discentes. Os principais resultados obtidos refletem essa estrutura e estão na forma de papers, de artigos publicados em revistas, de capítulos de livros, de teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de especialização e de iniciação científica, além, evidentemente, dos livros da *Série Megam*. Foram ainda divulgados resultados em vídeos e eventos de caráter científico e técnico. Inúmeros trabalhos foram publicados, na forma de resumos expandidos, nos Anais do Simpósio *Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas* realizado pelo Projeto Megam, em Belém. Este campo temático teve ainda desdobramentos para novos projetos de pesquisa.

Para manter o intercâmbio entre as equipes, recorreu-se às estratégias de reuniões temáticas, *workshop* de avaliação e de planejamento, construção de *links* para permitir a troca de informações entre as equipes, priorizando os recortes temáticos ou geográficos de cada subprojeto. O estímulo à formação de redes e à participação em outras existentes ensejou um crescimento teórico e ajudou a construir novas incursões em função da troca de informações sobre os resultados das pesquisas e das metodologias. Dessa forma, buscou-se criar um espaço institucional formado na interface das disciplinas. As pesquisas assim integradas geraram novos produtos e ampliaram a discussão, sinalizando para formas de intervenção na sociedade e nos ecossistemas através de políticas públicas.

Cidades e território de águas

Este livro procura espelhar parte do esforço que foi feito para se entender uma problemática bastante complexa. Sua organização em quatro capítulos articulados espelha a concepção do projeto, que ao problematizar a relação cidade, atores sociais e território, priorizou para estudo as cidades estuarinas com a ocupação dos igarapés, de suas orla e de suas ilhas. Nas áreas complementares, foi dado um acento importante aos estudos sobre a pesca, os pescadores e impactos da exploração intensiva sobre os pesqueiros, recobrando processos de produção e comercialização artesanal e industrial. A organização dos capítulos não esgota, porém, as possibilidades de leitura, pois podem ser construídas outras relações entre artigos, o que permite uma interpretação pessoal das contribuições teóricas, metodológicas ou mesmo de sua empiria.

O eixo que articula os diversos artigos é a relação entre as cidades e suas águas, destacando-se os setores produtivos e as relações de trabalho, pois entende-se o estuário como um lugar de vida e de produção pela apropriação de recursos da biodiversidade. Vários artigos trazem contribuições sobre o processo de apreensão da realidade pelos grupos sociais localizados no continente e nas ilhas. Nessa perspectiva, as águas e as ilhas adquirem sentidos variados. A apreensão da problemática ambiental requer uma interpretação das estruturas materiais e simbólicas dos atores locais.

Os artigos do **primeiro capítulo** tratam de políticas públicas, dos sistemas produtivos, da identidade de cidades na Amazônia e de mecanismos de regulação dos recursos hídricos. Mas também da perda crescente da cobertura florestal nas proximidades das cidades de Belém e Macapá, em consequência da intensificação do transporte fluvial e de atividades econômicas, observando-se a redução da balneabilidade em suas praias (BRAZ). Aos diversos usos da orla praticados no passado, foram acrescentados outros sugeridos pela dinâmica social que se reapropria dessas orlas (TRINDADE JÚNIOR; AMARAL; SANTOS) e recria seus sentidos.

Os ecossistemas de várzea têm sido objeto de inúmeros trabalhos de geofísica, e nesta coletânea é feita uma análise de solo das margens do igarapé Anani, que apresentou um redutor, moderadamente ácido, com boa contribuição de matéria orgânica e elevada relação C/N. Buseti, Ruivo, Berrêdo e Sales constatarem que a decomposição, em processo inicial, foi mais intensa quanto mais distante da entrada do igarapé, conforme levantamento em três sítios distintos. Concluem que a sedimentação no furo do Maguari, justamente em função da proximidade do Distrito Industrial de Icoaraci, mostra um grau preocupante de poluição por metais pesados. Segundo os autores, esse canal tem correnteza própria e é o principal canal de drenagem da maioria dos efluentes líquidos produzidos pelas atividades industriais - beneficiamento de couro, serraria, movelaria, olaria, pesca, construção naval, entre outras - e pelas atividades turísticas desses municípios. O igarapé Anani apresenta algumas das plantas do sistema várzea-estuário-mangue, com espécies de maior porte, responsáveis em grande parte pela estrutura, complexidade e estabilidade observadas em bosques maduros de mangue (o "mangueiro" e a "siriubeira"), assim como espécies típicas de várzea e igapó e palmeiras que predominam na vegetação secundária encontrada nas porções internas do furo e nas drenagens adjacentes do Distrito Industrial de Icoaraci. Porém, como mostram os autores, ali foi intensificada nas últimas décadas a exploração da madeira, que passou a ser a principal atividade desenvolvida nas suas margens e por isso a cobertura vegetal já está bastante alterada.

Os ecossistemas aquáticos, que compreendem águas doces (fontes, lagos, rios), águas de estuários e águas de oceanos, possuem uma flora microbiana autóctone e outros microrganismos transitórios que chegam através do ar, do solo ou de despejos industriais e domésticos, como mostra Braz. Para o caso de Belém, apesar do crescimento populacional e industrial, não se têm elaborado projetos efetivos de coleta e de tratamento de esgoto, o que tem acarretado o aumento da poluição nos cursos, apesar do grande volume de água e das correntezas. A partir do estudo realizado em 14 praias das ilhas de Mosqueiro e Outeiro para avaliação da balneabilidade e com base em critérios e indicadores gerais, Braz confronta os dados locais com os padrões preestabelecidos de balneabilidade, concluindo que as taxas são preocupantes, sobretudo por ser de suma importância o controle bacteriológico da água para prevenir a disseminação de doenças de transmissão hídrica.

Um problema que merece maior atenção das políticas públicas diz respeito à relação entre os usos dos cursos d'água e a produção urbana de dejetos e águas servidas. Os igarapés, o rio Guamá e a baía do Guajará recebem os esgotos sanitários e as águas pluviais, como mostra Braz, sendo que apenas 6% da área da cidade de Belém é atendida por um sistema de esgotamento sanitário e somente 18% da sua área urbana possui sistema de galerias pluviais (SECTAM/PARÁ, 2001 apud BRAZ).

O segundo capítulo reúne análises sobre algumas das ilhas do município de Belém, recobrando questões históricas (FURTADO; SOUSA), dinâmica de sistemas agroflorestais e relações com os problemas fundiários (GUERRA; ÂNGELO-MENEZES; FREITAS; RAMOS). A ação pública tem sido marcada recentemente pela fragmentação, descentralização e delegação de responsabilidades. É o que demonstram Quaresma e Pinto ao examinar o turismo da ilha de Caratateua, apontando para a necessidade de reverter o quadro de uso intensivo e desordenado dos recursos naturais.

O terceiro capítulo trata das bacias hidrográficas que atravessam a cidade de Belém. Esses rios seguem na direção norte-sul, com entradas pela baía do Guajará, ou a cruzam no sentido sul-norte, formados, nesse caso, pela influência da bacia hidrográfica do rio Guamá. Entrecortada de igarapés, a cidade de Belém revela, pela sua espacialização, o processo de hierarquização social que foi se constituindo ao longo dos anos, com a ocupação de áreas menos valorizadas formadas pelas margens de igarapé e por igapós. Nessa perspectiva Prost contrapõe os sonhos da vida urbana à ocupação do igarapé Mata Fome, ressaltando os riscos sociais e ambientais crescentes.

Efetivamente a situação sócioeconômica ao longo do igarapé Mata Fome, próximo do Distrito Industrial de Icoaraci, preocupa pelos problemas da qualidade de vida e da saúde física, psíquica e ambiental. As ocupações recentes e intensivas dessas áreas de *baixadas* não ocorrem apenas no igarapé Mata Fome, mas são observadas também no igarapé Paracuri (PAIVA) e no Tucunduba. Às margens desses igarapés, organizam-se diversos bairros com alta densidade demográfica, que exigem investimentos importantes em políticas sociais e ambientais. São áreas com importante organização social, com associações e comitês de luta e reivindicação pelas melhorias do bairro. Água potável é uma das principais demandas. Mas os trabalhos mostram que, para além da abundância de água na Amazônia, há uma carência de serviços e de acesso democrático à água de qualidade.

A cidade de Belém é esse mosaico com diferenças marcantes – modernidade, enquanto valores integrados a conceitos universais de progresso e ao desenvolvimento, e exclusão social. O balanço feito, de uma Belém como símbolo e representação idealizada pelas elites como moderna, não esconde a face da pobreza e do difícil acesso aos direitos e à cidade. Os grupos residentes na cidade testemunham as formas de segmentação social que marcam o cotidiano urbano que nega direitos e garantia do exercício de uma cidadania ativa, construída ao longo da história local.

Amaral Filho faz uma incursão na Belém dos anos 50 do século XX e encontra dois planos de realidades sociais que não são necessariamente coincidentes, o dos valores socioculturais e o das relações sócioeconômicas, procurando as raízes da discriminação racial, a partir de um olhar sobre as relações de produção e as normas éticas promotoras de exclusão social. O autor busca reconstruir a marginalidade representada nos discursos dos jornais mais significativos da época, nos processos judiciais, na literatura e em outras fontes documentais que lhe permitiram elaborar uma "tipologia" de normas e condutas consideradas desviantes, mas aceitas, das sanções jurídicas, sociais e morais. Ele revela uma outra Belém, a submersa pela existência da marginalidade que representa, ao mesmo tempo, uma situação transitória e permanente. São as mesmas matrizes da exclusão que hoje também marcam os bairros pobres da periferia da cidade, elevando o risco social, como mostram os trabalhos de Prost e Paiva. Os dados comprovam o crescimento da economia informal responsável pela manutenção de número expressivo, e crescente, de famílias, resultado das situações precaríssimas de trabalho e de geração de renda.

Nos artigos do **quarto capítulo** observa-se que em toda a costa paraense e amapaense e no estuário amazônico, a pesca é uma atividade importante, com um circuito de comercialização que coloca o Estado do

Pará em boa posição na economia pesqueira do país, como mostram Isaac e Sena. Tem sido enfatizado, sobretudo nas políticas mais recentes, a importância do desenvolvimento da atividade pesqueira.

Segundo Furtado essa região estuarina ainda exerce grande influência na vida profissional dos pescadores tradicionais da região. Daí o movimento e o volume das pescarias que são praticadas ao longo dos 598 km de litoral amapaense e dos 562 km de litoral paraense. A pesca sempre constituiu uma importante fonte de alimento para a população da Amazônia, sendo uma atividade praticada pelos primeiros grupos humanos que se estabeleceram na região e que continuou com a formação e expansão do povoamento. Os produtos oriundos da pesca constituem também fonte de recursos financeiros para a população local. Apesar de uma série de problemas, a produção de pescado apresentou elevado crescimento após o início da pesca industrial na região norte (ISAAC e SENA), passando de 12.042 toneladas em 1947 para 168.794 em 1990. Os estudos concluem que o planejamento de políticas públicas que vise incentivar essa atividade não pode desconsiderar as especificidades dos ecossistemas da região, indicando a necessidade de se inovar em tecnologia de gestão de recursos.

A trajetória dos pescadores e suas redes de sociabilidade são tratadas por Santana na análise da pesca artesanal no estuário e na costa norte, mostrando como a atividade de pesca sempre ocupou um espaço relevante na constituição de uma identidade regional. Em perspectiva complementar, Sena analisa dados sobre a formação das indústrias de pesca na Amazônia, enfocando em particular as empresas pesqueiras situadas no estado do Pará. Empreende uma incursão sobre o papel desempenhado pela atividade pesqueira no processo de ocupação da Amazônia e analisa como se estruturou a atividade e as ações estatais formuladas para o setor, nas várias fases das políticas públicas implementadas.

Estas pesquisas trazem uma contribuição à crítica do desenvolvimento regional e do papel da ciência e tecnologia na proposição de políticas públicas. Novas questões e perspectivas conceituais estão postas por esse espaço de pesquisa do Projeto Megam. Elas podem nos ajudar a compreender melhor as sociedades contemporâneas e as mudanças de sentido na relação com a natureza. Mais uma vez, trata-se de um recorte da Amazônia e de sua contemporaneidade, mas enquanto espaço de interpretação da sociedade brasileira.